GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Saúde
Comissão Intergestores Bipartite

A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.

ATA CÂMARA TÉCNICA DE REGULAÇÃO

Dia: 09 de fevereiro de 2017
Horário: 09 horas
Local: 8º andar da SES.

PRESENTES À REUNIÃO

SES: Lourdes de Costa Remor (CIB), Lilian Bradfield (GEPSA), Helma Finta Uba (GEPRO), Marli Adami Cesário Pereira (SUR), Telma E. Silva (GECOR), Deka Cortese (SUR), Claudia R. Araujo Gonsalves (DIPA), Guilherme Genovez (SUH).

COSEMS: Clemilson A. de Souza (COSEMS), Edson L Medeiros (COSEMS), Idiane Fantinel (Fraiburgo), Simone Luceli Dresch (Fraiburgo), Lilian Venâncio (Araranguá), Andreza de Araujo Soares (Araranguá), Claudio Rosso Netto (Criciúma), Maria Eduarda P. Caminha (Biguaçu), Sidney da Silva Jr (São Francisco do Sul), Maurício Luis Reinaldo Fraga (Lages), Claiton Camargo de Souza (Lages), Márcia A. Cansian (Botuverá), Talita C. Rosimeri (Florianópolis), Edenice Reis da Silveira (Florianópolis), Diogo Demarchi (COSEMS), Jean Carlos Paulo Kunz (Santa Rosa do Sul), Ivana Daros (São José), Gislene C. M. Araujo (Joinville), Katiane Fecco (16ª Gersa), Ana Claudia Machado (Brusque), Maria Clarice Hupalo (Brusque).

Coordenação da reunião: CLAUDIA GONSALVES

ITENS DE PAUTA

1. Cumprimento dos termos de alta complexidade (exames e procedimentos);
2. Hospital de Ibirama: exames diagnósticos de pacientes internados;
3. Regulação hospitalar: Falta de padronização do fluxo de internação, Fluxos de internação diferentes do que foi deliberado, sendo definidos pelas próprias Regulações, Não publicação das filas de cirurgia de diversos hospitais.
4. SISREG módulo hospitalar – melhorias nas funções de acompanhamento de solicitações;
5. Obrigatoriedade de cadastro de Centrais de Regulação em municípios de pequeno porte.
6. Fluxo de acesso à hemodiálise/ confecção de fístula;
7. Necessidade de Orientação Regulação e autorização procedimento eletivos de Campanhas;
8. Execução de exames de Ressonância de Mama UNACON (Criciúma);

9. Acesso à hemodiálise: fístula.

1. FLUXO DE ACESSO À HEMODIÁLISE/CONFECÇÃO DE FÍSTULA

Esse item foi solicitado para inclusão na Pauta por Edenice Silveira de Florianópolis. Telma Silva, médica da Regulação, informa que o fluxo está pronto e aguarda a publicação do Plano Estadual da TRS. Telma Silva cita que no Estado não existe fila para esse procedimento. Que os atendimentos estão em dia. Edenice refere que não conseguiu acesso via Central de Regulação com o funcionário (Gabriele da Central). Edenice cita que é necessário assinar contrato com os hospitais de Florianópolis e a CliniRim. Informa que está concluindo o contrato com a CliniRim. Edenice solicita a SES, as condições necessárias para a CliniRim efetivar o contrato e ajustar os fluxos. Márcia de Botuverá sugere que se traga para a C.T o Plano da TRS concluído. Guilherme Genovez informa que as fístulas serão realizadas no HU e no Hospital Regional de São José, para hemodiálise (alta complexidade). E desfazer a fístula, deve seguir o mesmo fluxo.
Encaminhamentos: Levar para a C.T. de Gestão o Plano da TRS concluído em março de 2018.

2. HOSPITAL DE IBIRAMA

Clemilson de Biguaçú coloca que a Secretária de Lontras reclama que o Hospital Miguel Couto de Ibirama solicita às secretarias municipais, que retirem o paciente do hospital para realizar exames fora do hospital. Exames que fazem parte do Plano Operativo do Hospital de Ibirama. Cláudia Gonsalves solicita que os municípios comuniquem a SES de imediato, quando ocorrerem esses tipos de problemas. Cláudia lembra que a responsabilidade é do hospital com os custos, mesmo que seja somente o transporte do paciente para o exame.
Encaminhamentos: A SES contatará o Hospital para os encaminhamentos.

3. REGULAÇÃO HOSPITALAR: FUNCIONAMENTO E DIFICULDADES

Clemilson de Biguaçu apresenta a situação de algumas regiões quanto ao funcionamento da regulação hospitalar. Luis Reinaldo de Lages coloca que na Região da Serra Catarinense, as entradas de pacientes não são realizadas pelo pronto atendimento, causando problemas para a entrada no hospital. Márcia de Botuverá questiona o que é vaga zero, Ressalta que a maior dificuldade está nos fluxos e nas centrais de regulação das regionais. Cláudia Gonsalves, Diretora de Regulação, esclarece que vaga zero. A "**vaga zero é o paciente que chegou ao hospital e tem que ser levado/transferido pelo SAMU para um hospital de maior porte. É definida pela regulação do SAMU**". Talita da Central de Regulação de Florianópolis coloca que tiveram muitas dificuldades nesse período de implantação. E que até o momento não receberam os Laudos de AIHs dos pacientes que aguardam em fila de espera interna nos hospitais estaduais. Cita duas situações que ocorreram: uma dificuldade que chega a hora da cirurgia e a AIH não está aprovada pela central de regulação e, outra dificuldade refere-se a AIH sem data definida – o procedimento foi agendado e realizado e o município já inseriu a AIH sem data. Simone de Fraiburgo menciona que os médicos também precisam ser treinados sobre a regulação, através da ACM, Conselho de Medicina. Até pelas resistências existentes entre os médicos. Lilian de Araranguá coloca que tem dificuldades para

acessar vaga no Hospital Regional. A padronização do fluxo está ruim. Cláudia Gonsalves cita que todos foram capacitados e que após as capacitações, ela mesma foi em todas as centrais de regulação e municípios plenos e ficou pactuado o fluxo. Cita ainda, que o fluxo foi criado após as capacitações e que as centrais de regulação deveriam chamar os seus hospitais para explicarem sobre os fluxos e deliberar na CIR correspondente. Cláudia refere que todas as centrais informaram que fizeram isso. Cláudia solicitou os fluxos aos gerentes regionais de saúde e os mesmos encaminharam. Cláudia informa que está chamando todos os gerentes e coordenadores de bancada das centrais de regulação para reunião. Cita, que a partir de 1º de abril de 2018, nenhum hospital poderá solicitar cirurgia diretamente no SISREG. Esse é um documento a ser encaminhado para todos os municípios. Refere que há médicos que não querem entregar a sua agenda para a central de regulação. Com relação à Lages, Cláudia informa que foi consensuado sobre a porta de entrada em Lages e cita que a UPA não encaminhava o paciente para o hospital. A UPA procurava diretamente a vaga no hospital e não encaminhava que seria o fluxo correto. Há várias regiões com problemas no fluxo. Questionam sobre a internação em hospital que não possui ambulatório, como é o caso dos municípios da Serra Catarinense que atendem por consórcio. Cláudia esclarece que o atendimento pelo consórcio é SUS e pode ser encaminhado ao hospital.
Encaminhamentos: Cláudia Gonsalves (DIPA) irá rever os fluxos e março deliberar na C.T.

4. SISREG: MÓDULO HOSPITALAR

Clemilson de Biguaçu cita as dificuldades encontradas no módulo hospital da regulação. Coloca que na pesquisa dos agendados tem que fazer a pesquisa desde o início da relação dos agendados.

5. OBRIGATORIEDADE DE CADASTRO DE CENTRAIS DE REGULAÇÃO EM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE (DEL 47/2017)

Clemilson de Biguaçu faz as colocações. Lembra que na Deliberação não refere que o município que não possuir central de regulação não poderá ter acesso à sua senha no módulo administrador. Clemilson cita que cada CIR iria se organizar como utilizar o SISREG. Decka sugere deliberar em CIR os municípios que necessitam senha administrador. Decka Cortese coloca que o município que não utilizará senha administrador não precisa ter a senha. Decka refere que não crie senha administrador para município que não esteja no CNES.
Encaminhamentos: Levar para a CIB em março de 2018.

6. NECESSIDADE DE ORIENTAÇÕES SOBRE REGULAÇAO DE PROCEDIMENTO ELETIVO DE CAMPANHA

Diogo Demarchi questiona sobre o local do WebService em que pode ser visualizado o local de atendimento do paciente. Clemilson cita que as cirurgias eletivas de campanha estão sendo realizadas as agendadas como eletivas somente, há um ano que não são realizadas. Conclui que estão tendo uma dupla fila ou falta de transparência na fila.
Encaminhamentos: Discutir na Superintendência de Regulação e trazer na próxima C.T.

7. RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE MAMA E CUMPRIMENTOS DOS TERMOS DE ALTA COMPLEXIDADE

Cláudia Rosso de Criciúma coloca sobre a realização da ressonância de mama. Diogo Demarchi refere o extrapolamento de teto atrasado quanto aos pagamentos pela SES, mas, cita que estão sendo pagos, como é o caso da oncologia e a TRS. Diogo questiona se o contrato como o prestador de serviço tiver 10 exames, os 10 serão incluídos no SISREG ou serão incluídos conforme a necessidade. Outro ponto colocado pelo Diogo Demarchi: que seja realizada uma auditoria nas ressonâncias de mama em criciúma.

Encaminhamentos: Encaminhar para auditoria a solicitação do Cosems e trazer para a próxima C.T. uma proposta para o extrapolamento de teto da alta complexidade.

8. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: LISTA DE ESPERA

Edenice Silveira de Florianópolis coloca que havia um paciente na fila como ouvidoria da SES. Márcia de Botuverá agradece pela inserção das catatomias no SISREG. Márcia solicita alguns esclarecimentos aos usuários sobre a lista de espera – O significado de tais coisas. Decka Cortese, Gerente de Regulação da SES, cita que muitas coisas precisam ser feitas até, para poderem ser enxergado o seu funcionamento. Decka informa que já está trabalhando com a Gerência de Informação para ver quais municípios fizeram o upload. Quando importa para o WebService dá erro e pode ser que tenha paciente que não esteja incluído. Decka cita que, juntamente com a Gerência de Informação, está fazendo o acompanhamento. Muitas coisas necessitam de ajustes. Informa que também está trabalhando para o upload seja realizado automaticamente. Quanto aos pacientes agendados e atendidos, o Ministério da Saúde ainda não deu retorno, e, portanto, isso ainda não dá para fazer o acompanhamento. Márcia solicita um canal com o usuário.

Encaminhamentos: Trazer sugestões e respostas na próxima C.T.

O Ministério Público está solicitando o nome de todos os técnicos e médicos das centrais de regulação, carga horária e quais municípios atendem.

LOURDES DE COSTA REMOR
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite